



### **TERMO DE CONTRATO N. 021/2015/SAAF/SEFAZ**

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, inscrito no CNPJ sob o n. 03.507.415/0005-78, com endereço na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.415, Edifício Octávio de Oliveira, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78.050-903, Cuiabá-MT, neste ato representado pelos Senhores **MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA PEREIRA**, Secretária Adjunta Executiva, inscrita no RG n. 11026600-6, SSP/SP, portadora do CPF n. 048.253.438-99, e **FERNANDO CARLOS FERNANDEZ DIAS**, Secretário Adjunto de Administração Fazendária, inscrito no RG n. 454.423, SSP/DF, portador do CPF n. 224.982.491-68 denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.482.840/0001-38, estabelecida na Rua Antonio Mariano de Souza, n.º 775, Ipiranga, São José – Santa Catarina, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador **WILLIAN LOPES DE AGUIAR**, portador do RG n.º 3.975.588 SSP/SC, inscrito do CPF sob o n.º 028.383.199-57 em conformidade com o que consta do Processo de Licitação, na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2014/SAAF/SEFAZ**, fundamentado nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93 e demais legislações correlatas, celebram o presente **CONTRATO**, mediante Termos, Cláusulas e as seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de movimentação de mercadorias, bem como de supervisores líderes, de acordo com as especificações técnicas descritas na Cláusula Segunda e com o disposto no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico n. 004/2014/SAAF/SEFAZ.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1.** Os serviços a serem prestados pela empresa contratada deverão obedecer às seguintes especificações:

**2.2.** A Empresa deverá fornecer todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à realização dos serviços movimentação de mercadorias, incluindo os equipamentos de proteção individual, devendo o custo estar incluído no valor total da proposta.



**2.3.** Os funcionários terão que passar por uma pré-seleção, por conta da contratada, devendo estar aptos nos seguintes requisitos:

**2.3.1.** Possuir no mínimo ensino médio (para movimentador líder);

**2.3.2.** Experiência em carregar e descarregar caminhões;

**2.3.3.** Experiência em empacotar e desempacotar pacotes;

**2.3.4.** Visível facilidade de distinguir espécies de produtos;

**2.3.5.** Ser dinâmico;

**2.3.6.** Possuir noções básicas de informática (para movimentador líder);

**2.3.7.** Possuir boa saúde física e mental;

**2.3.8.** Saber trabalhar em equipe;

**2.4.** Informações adicionais para composição do custo:

**2.4.1.** As atividades serão desenvolvidas no Período Diurno;

**2.4.2.** O salário a ser observado é aquele constante na Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época do certame;

**2.4.3.** A contratada deverá repassar mensalmente, a título de alimentação para seus funcionários o valor estabelecido na CCT vigente;

**2.4.4.** O valor referente à alimentação deverá ser fornecido em dinheiro ao trabalhador, não deverá ser fornecido qualquer espécie de ticket visto que os locais de prestação dos serviços são distantes da zona urbana dificultando a obtenção da alimentação por meio de tickets;

## **2.5. JORNADA DE TRABALHO**

**2.5.1.** Os horários de trabalho nas Unidades Contratadas serão da seguinte forma:

**2.5.1.1.** A Jornada de trabalho dos Movimentadores de Mercadoria 12x36 serão prestadas todos os dias, dentro do período das 07:00hs as 22:00hs;

**2.5.2.** A jornada de trabalho de movimentador de 44 (quarenta e quatro) horas será definida da seguinte maneira:

**2.5.2.1.** Nas unidades fazendárias da Sede e Transportadoras a carga horária será de 08 horas e 48 minutos diárias, ou 08:00 horas diárias de segunda à sexta-feira e 04:00 horas diárias aos sábados, conforme for estabelecido entre a Unidade eo prestador de serviço;

**2.5.2.2.** Nos demais postos fiscais os serviços de movimentador de mercadoria serão de 08:00hs diárias de segunda à sexta, e aos sábados 04:00hs diárias.

**2.5.3.** O Líder de equipe terá jornada de trabalho de 08:00hs diárias de segunda à sexta. E aos sábados, quando solicitado pela unidade serão de 04:00hs diárias;



**2.5.4.** Quando o serviço prestado for de carga/descarga de caminhões e este não for concluído na jornada normal, a contratada continuará o serviço até a conclusão, usando o recurso de compensação de horas. Observando que a execução do serviço fora do horário de trabalho deve ser autorizado pelo gestor do contrato, assim como a compensação que deve ser previamente acordada entre as partes, Contratante e Contratada.

**2.5.5.** Observando que a execução do serviço fora do horário de trabalho deve ser autorizado pelo gestor do contrato, assim como a compensação que deve ser previamente acordada entre as partes, Contratante e Contratada;

## **2.6. DOS UNIFORMES DE EPI'S**

**2.6.1.** A CONTRATADA deverá fornecer aos prestadores de serviço, uniformes, EPI's e materiais necessários a realização dos serviços conforme prevê a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, legislação trabalhista e normas internas da Contratante, sendo entregues quando do início do Contrato e resguardado o direito da CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação;

**2.6.2.** Substituirá os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso ou para os funcionários;

**2.6.3.** Serão consideradas como más condições de uso, para efeito do item anterior, o uniforme que apresente uma das características: rasgado, desfiado, desbotado ou manchado. Caso o uniforme se encontre nesse estado a Empresa deverá fornecer imediatamente outro uniforme ou substituir o funcionário até a regularização;

**2.6.4.** Não repassará aos funcionários, em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes, EPI's e materiais, exceto em virtude de mau uso, perda injustificada, demissão por justa causa ou saída do empregado, conforme Convenção Coletiva de Trabalho em vigor;

**2.6.5.** Os serviços só poderão ser iniciados quando os funcionários estiverem devidamente uniformizados;

## **2.7. DAS ATRIBUIÇÕES RELACIONADAS COM O POSTO DE LÍDER DE EQUIPE**

**2.7.1.** A CONTRATADA deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter um líder de equipe, a fim de gerenciar operacionalmente os seus empregados, conforme estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho pertinente a categoria;

**2.7.2.** A CONTRATADA deverá instruir o líder de equipe quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, especialmente quanto ao

cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

**2.7.3.** A figura do Líder de Equipe não se confunde com o preposto da empresa, o qual deverá estar disponível sempre que necessário, em todos os casos de assuntos relativos ao contrato, enquanto o líder terá as atribuições relativas aos serviços, dentre as quais se destacam:

**2.7.3.1.** Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

**2.7.3.2.** Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da CONTRATADA;

**2.7.3.3.** Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;

**2.7.4.4.** Solicitar a empresa o enviar de substituto no caso de falta de algum funcionário, e encaminhá-lo ao posto de trabalho;

**2.7.4.5.** Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da CONTRATADA, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da CONTRATANTE, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;

**2.7.4.6.** Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

**2.7.4.7.** Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

**2.7.4.8.** Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

**2.7.4.9.** Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

**2.7.4.10.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo perante a CONTRATANTE, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

**2.7.5.** Caso o líder de equipe não realize suas atribuições ou não as faça a contento, o fiscal do contrato comunicará o fato ao preposto da Empresa que deverá substituí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

**2.7.6. Descrição dos Serviços:**

TIPO DE SERVIÇO	LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	JORNADA DE TRABALHO	QUANT. DE EMPREGADOS	VALOR MENSAL POR EMPREGADO	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS





Serviço de movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Henrique Peixoto em Alto Araguaia	12X36 HORAS	10	R\$ 2.986,47	R\$ 29.864,70	R\$ 358.376,40
Líder de Equipe		44 horas semanais	01	R\$ 3.698,69	R\$ 3.698,69	R\$ 44.384,28
Serviço de movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Cachimbo em Guarantã do Norte	44 horas semanais	02	R\$ 3.116,19	R\$ 6.232,38	R\$ 74.788,56
Serviço de movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Benedito Corbelino em Itiquira	12X36 HORAS	12	R\$ 2.918,40	R\$ 35.020,80	R\$ 420.249,60
Líder de Equipe		44 horas semanais	01	R\$ 3.987,98	R\$ 3.987,98	R\$ 47.855,76
Serviço de movimentador de mercadorias	Transportadora Flavio Gomes em Cuiabá	12X36 HORAS	08	R\$ 2.990,19	R\$ 23.921,52	R\$ 287.058,24
Líder de Equipe		44 horas semanais	01	R\$ 3.712,67	R\$ 3.712,67	R\$ 44.552,04
Serviço de movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Frederico Campos em Vila Rica	44 horas semanais	01	R\$ 3.188,86	R\$ 3.188,86	R\$ 38.266,32
Serviço de movimentador de mercadorias	Postos Fiscais na região de Barra do Garças	12X36 HORAS	06	R\$ 2.986,47	R\$ 17.918,82	R\$ 215.025,84
Líder de equipe		44 horas semanais	01	R\$ 3.698,69	R\$ 3.698,69	R\$ 44.384,28
Serviço de movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Josafá Jacob em Comodoro	12X36 HORAS	04	R\$ 2.986,47	R\$ 11.945,88	R\$ 143.350,56





Serviço de movimentador de mercadorias	Transportadora no Terminal Rodoviário em Rondonópolis	44 horas semanais	02	R\$ 3.188,86	R\$ 6.377,72	R\$ 76.532,64
Serviço de movimentador de mercadorias	Transportadora no Aeroporto em Várzea Grande	44 horas semanais	01	R\$ 3.195,34	R\$ 3.195,34	R\$ 38.344,08
Serviço de movimentador de mercadorias	Gerência de Mercadorias Apreendidas em Cuiabá	44 horas semanais	02	R\$ 3.195,34	R\$ 6.390,68	R\$ 76.688,16
Serviço de movimentador de mercadorias	Gerência de Arquivos e Documentos em Cuiabá - GPAD	44 horas semanais	02	R\$ 3.195,34	R\$ 6.390,68	R\$ 76.688,16
Serviço de movimentador de mercadorias	Transportadora no Correios em Varzea Grande	44 horas semanais	05	R\$ 3.195,34	R\$ 15.976,70	R\$ 191.720,40
Serviço de movimentador de mercadorias	Sede da Secretaria de Fazenda em Cuiabá	44 horas semanais	05	R\$ 3.195,34	R\$ 15.976,70	R\$ 191.720,40
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>						<b>R\$2.369.985,72</b>
<b>VALOR GLOBAL POR EXTENSO</b>			<b>Dois milhões trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos</b>			

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 3.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente;
- 3.2. Todos os serviços deverão ser de primeira qualidade, com pessoal qualificado de acordo com o disposto no presente contrato e no edital do Pregão Eletrônico n. 004/2014/SAAF/SEFAZ;
- 3.3. Manter sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que tenha acesso, durante a execução deste contrato;
- 3.4. Manter durante toda execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme inciso XIII, do artigo 55, Lei n. 8.666/93;



- 3.5.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que ocorra na execução do Contrato;
- 3.6.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a SEFAZ/MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, indicadas e pertinentes no sentido de proceder, em qualquer caso, a devida reposição de bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s), independente da fiscalização ou acompanhamento pelo contratante;
- 3.7.** Arcar com todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;
- 3.8.** Não subcontratar o fornecimento do objeto deste Contrato;
- 3.9.** Cumprir o regulamento, os procedimentos e as normas internas da SEFAZ;
- 3.10.** Realizar os serviços atendendo às especificações técnicas bem como às exigências contidas neste Contrato e anexos;
- 3.11.** Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- 3.12.** Responsabilizar-se pelos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei nº 8.078, de 11/09/90, assegurando-se a SEFAZ/MT todos os direitos inerentes à qualidade de “consumidor”, decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;
- 3.13.** Atender todas as obrigações constantes nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, do respectivo Edital de Licitação, modalidade Pregão n. Eletrônico 004/2014/SAAF/SEFAZ e do presente Contrato.
- 3.14.** Além das obrigações acima a empresa se obriga a cumprir fielmente o estipulado abaixo:
- 3.14.1.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a SEFAZ/MT, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, alimentação e locomoção de pessoal, impostos, taxas, etc;
- 3.14.2.** Manter antes do início da prestação dos serviços, sede ou escritório de representação na cidade de Cuiabá ou Várzea Grande - MT, o qual deverá dispor de instalações físicas adequadas, pessoal e meios de comunicação: telefônico, e-mail, aparelho de fax, de forma a viabilizar o pronto atendimento da Contratante, devendo comprovar o mencionado acima, no momento da assinatura do Contrato, por



meio de contrato de locação do imóvel, escritura pública do imóvel ou alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal, exercício 2014;

**3.14.2.1.** O escritório de representação da CONTRATADA está situado na Rua Antônio Maria, 382 - Centro Sul, Cuiabá – MT, 78098-544, telefone (65) 3623-3766.

**3.14.3.** Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, na Gerência de Serviços Gerais – GSEG, a relação de funcionários com o perfil exigido neste Edital, bem como o vínculo empregatício entre a empresa e seus empregados;

**3.14.4.** Garantir a execução dos serviços sem interrupção, substituindo caso necessário, qualquer profissional prestador de serviço que esteja em gozo de folga, férias, auxílio doença, auxílio maternidade ou qualquer outro benefício legal;

**3.14.5.** Manter rigorosamente os funcionários treinados/capacitados conforme as exigências da Contratante, visando a prestação de serviços com qualidade;

**3.14.6.** Manter exames de saúde, física, mental e psicotécnico dos funcionários atualizados para apresentar a Gerência de Serviços Gerais – GSEG, sempre que solicitado;

**3.14.7.** Manter atestados de antecedentes criminais dos funcionários atualizados para apresentar a Gerência de Serviços Gerais – GSEG, sempre que solicitado;

**3.14.8.** Fornecer uniformes adequados e exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás, com fotografias recentes, sujeitando-os às normas disciplinares da SEFAZ/MT, porém, sem qualquer vínculo empregatício;

**3.14.8.1.** Os crachás devem atender as especificações e configurações da Contratante;

**3.14.3.** Substituir, imediatamente, o funcionário que não esteja desempenhando suas funções de acordo com os padrões exigidos pela SEFAZ/MT, ou, ainda, por conveniência administrativa;

**3.14.4.** Instruir os profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações do preposto da Contratada, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

**3.14.5.** Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto para admissão quanto ao longo da vigência do Contrato, os exames de saúde preventivos exigidos e apresentar os respectivos comprovantes anualmente quando solicitado pela SEFAZ/MT;

**3.14.6.** Manter a disciplina de seus empregados, durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e funcionários da SEFAZ/MT;

**3.14.7.** Recrutar e colocar à disposição da SEFAZ/MT, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na





legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus adicional para a SEFAZ/MT;

**3.14.8.** Manter pessoal especializado nas qualificações profissionais pertinentes, devidamente treinado, identificado, e nas mais perfeitas condições de higiene e apresentação pessoal;

**3.14.9.** Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, sejam mantidos ou retornem às instalações da SEFAZ/MT;

**3.14.10.** Zelar pelo bom funcionamento dos utensílios e equipamentos colocados à sua disposição, sempre comunicando qualquer defeito nos equipamentos ou outros fatos que venham a constituir óbice para a boa e perfeita execução dos serviços;

**3.14.11.** Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato sempre que forem verificados vícios, imperfeições, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

**3.14.12.** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços descritos neste Instrumento, prestando todas as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pelo Gestor do Contrato, cujas orientações e reclamações se obriga a atender;

**3.14.13.** Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para SEFAZ/MT, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da SEFAZ/MT ou de seus agentes e prepostos;

**3.14.14.** Cumprir as obrigações trabalhistas e manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**3.14.14.1.** A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a devida situação;

**3.14.15.** Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

**3.14.16.** Responder, com exclusividade, por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários de pessoal, encargos sociais, taxas, uniforme, alimentação, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que incidam ou venham a incidir sobre os serviços;



**3.14.17.** Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

**3.14.18.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Contrato, sem a prévia autorização da SEFAZ/MT;

**3.14.19.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratada, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

**3.14.20.** A CONTRATADA está obrigada a pagar os salários dos empregados até o 5º dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços;

**3.15.** Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer até o 5º dia útil do mês em referência:

**3.15.1.** Auxílio Alimentação;

**3.15.2.** Vale transporte, nos termos da Lei n. 7.418/85 – Lei do Vale Transporte;

**3.16.** Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura da SEFAZ/MT;

**3.16.1.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

**3.17.** Efetuar os pagamentos aos funcionários contratados na forma e nos prazos previstos neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;

**3.18.** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com as notas fiscais mensais, a comprovação de recolhimentos das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondentes ao do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida), compatível com o efetivo declarado, na forma do §4º do art. 31, da Lei 9.032/95 de 28/04/95, bem como a comprovação de quitação dos salários referentes aos empregados que prestam serviço junto ao CONTRATANTE, correspondentes ao mês da prestação que está sendo pleiteado o pagamento;

**3.19.** Caberá à empresa contratada além dos itens listados acima, a designação de um profissional para representá-la (que deverá ser um preposto) junto a SEFAZ/MT e também promover o controle do pessoal, cuidando da frequência, respondendo perante a SEFAZ/MT por todos os atos e fatos gerados ou provocados por sua equipe;

**3.20.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**3.21.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando a GSEG funcionários portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;



**3.21.1.1.** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

**3.21.1.2.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

**3.21.1.3.** Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**3.22.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

**3.23.** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

**3.24.** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

**3.25.** Nomear encarregados responsáveis pelos serviços (líder de equipe), com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

**3.26.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

**3.27.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

**3.27.1.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

**3.28.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**3.29.** Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;



**3.30.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, enviando cópia da apólice e ou alterações de inclusões e exclusões de empregados, assim como o seguro de vida obrogatório descrito na Convenção Coletiva de Trabalho;

**3.31.** Implantar imediatamente, após a assinatura deste contrato, a mão-de-obra especializada no posto indicado e nos horários fixados na "Escala de Serviço", elaborada pela Contratada;

**3.32.** Instruir para que os seus funcionários somente entrem em áreas privativas em caso de emergência/urgência, ou quando devidamente autorizado;

**3.33.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

**3.34.** A Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade, informando CPF, RG, os respectivos endereços residenciais, com o número do telefone, bem como a comprovação do vínculo empregatício, concomitantemente ao início da prestação dos serviços;

**3.35.** Fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

**3.36.** Manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

**3.37.** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas;

**3.38.** Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE;

**3.39.** O atraso no pagamento de fatura por parte do CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

**3.40.** Exercer o controle da frequência, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura;

**3.41.** Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições;





**3.42.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto contratual, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE, assumindo de forma integral o ônus decorrente desta fiscalização;

**3.43.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

**3.44.** Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo prévia autorização da CONTRATANTE.

**3.45.** Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Contratante, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

**3.46.** Proceder à supervisão diária das atividades de gerenciamento, orientação, controle e acompanhamento dos serviços, designando para tanto um representante da empresa, o qual deverá ser informado na proposta;

**3.47.** Fazer cadastro de prestador de serviços nos Municípios de prestação de serviços para efeitos de tributação, quando necessário, sem ônus para a CONTRATANTE;

**3.48.** A Contratada será responsável pela ida/volta dos funcionários ao local de trabalho;

**3.49.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada no posto e nas instalações onde o serviço estiver sendo prestado, inclusive de ordem funcional, no momento de sua ocorrência, para que sejam adotadas as providências, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

**3.50.** Fornecer à Gerência de Serviços Gerais - GSEG/CLOG, os planos de atendimento, modelos de relatórios, fichas funcionais com fotos dos seus empregados destacados para atender o objeto contratual, bem como manter livros de ocorrências com seus registros em ordem cronológica, tudo para o bom acompanhamento dos serviços objeto desta licitação;

**3.51.** Comunicar imediatamente à Gerência de Serviços Gerais - GSEG, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**3.52.** Cumprir planos e procedimentos táticos e operacionais estabelecidos para cada posto contratado, considerando as peculiaridades do local de serviço, horários, políticas de segurança etorais, dentre outros, que deverão ser previamente submetidos à aprovação da contratante;

**3.53.** No momento da assinatura do contato, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, sem prejuízo dos demais previstos em lei:

**3.53.1.** Comprovação de que a empresa mantém o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional firmada por profissional médico;

**3.53.2.** Comprovação de que a empresa mantém o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos





Ambientais;

**3.53.3.** Comprovação de que a empresa mantém a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

**3.53.4.** Comprovação de que a empresa mantém a PAS – Programa Assistencial Social Familiar CCT/2014;

**3.53.5.** A SEFAZ reserva-se o direito de proceder diligência junto à Contratada sempre que necessário;

**3.54.** A Contratada deverá elaborar um acordo coletivo junto ao Sindicato da Categoria, para validação dos movimentadores e supervisores de mercadorias com jornada de 12x36, no prazo máximo de 30 dias a partir da assinatura do Contrato;

**3.55.** Manter disciplina nos locais de trabalho, retirando no prazo máximo de 7 dias após notificação, qualquer empregado que apresente conduta inconveniente, salvos os casos considerados graves pela Administração nestes o prazo será de 24 horas;

**3.56.** Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**3.57.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

**3.57.1.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**3.57.2.** Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

**3.57.3.** Solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;

**3.58.** Na execução dos serviços deverá ser designado 01 (um) líder de equipe para cada localidade, que será responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este líder de equipe terá a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Secretaria de Fazenda e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.



**3.59.** Participar, com representante credenciado a decidir em seu nome, de todas as reuniões e outras atividades de coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliação que venha a ser convocado pela SEFAZ;

**3.60.** A Empresa Contratada deve se atentar para as Normas Regulamentadoras, em especial:

**3.60.1. NORMA REGULAMENTADORA Nº 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho:** Estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas, que possuam empregados regidos pela CLT, de organizarem e manterem em funcionamento, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, é o artigo 162 da CLT;

**3.60.2. NORMA REGULAMENTADORA Nº 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA:** Estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento, por estabelecimento, uma comissão constituída exclusivamente por empregados com o objetivo de prevenir infortúnios laborais, através da apresentação de sugestões e recomendações ao empregador para que melhore as condições de trabalho, eliminando as possíveis causas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 163 a 165 da CLT;

**3.60.3. NORMA REGULAMENTADORA Nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI:** Estabelece e define os tipos de EPI's a que as empresas estão obrigadas a fornecer a seus empregados, sempre que as condições de trabalho o exigirem, a fim de resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 166 e 167 da CLT;

**3.60.4. NORMA REGULAMENTADORA Nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais:** Estabelece os requisitos de segurança a serem observados nos locais de trabalho, no que se refere ao transporte, à movimentação, à armazenagem e ao manuseio de materiais, tanto de forma mecânica quanto manual, objetivando a prevenção de infortúnios laborais. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 182 e 183 da CLT;

**3.60.5. NORMA REGULAMENTADORA Nº 17 - Ergonomia:** Visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às condições psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. A fundamentação



legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 198 e 199 da CLT;

**3.60.6. NORMA REGULAMENTADORA Nº 26 - Sinalização de Segurança:** Estabelece a padronização das cores a serem utilizadas como sinalização de segurança nos ambientes de trabalho, de modo a proteger a saúde e a integridade física dos trabalhadores. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, é o artigo 200 inciso VIII da CLT;

**3.70.** A empresa contratada deverá observar a Lei nº. 9.879/2013, o Decreto 1.891/2013 e a Orientação Técnica 0011/2014 da Auditoria Geral do Estado – AGE/MT, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos em obras e serviços contratados pelo Estado;

**3.70.1.** As pessoas jurídicas contratadas pelo Estado ficam obrigadas a admitir presos e egressos para a execução de obras e serviços;

**3.70.2.** As pessoas jurídicas contratadas por quaisquer órgãos ou instituições integrantes dos Poderes dos Estados incluindo entidades da Administração Pública Indireta, Ministério Público e Tribunal de Contas, para a execução de obras ou serviços, precedidos ou não de licitação, deverão preencher, ao menos, 5% (cinco por cento) dos cargos criados na respectiva obra ou serviço com presos ou egressos, observando-se a seguinte proporção:

- I. até 05 (cinco) postos de trabalho: admissão facultativa;
- II. de 06 (seis) a 19 (dezenove): 01 (uma) vaga;
- III. 20 (vinte) ou mais: 5% (cinco por cento).

**3.70.3.** De acordo com o Decreto nº 1.891/2013, para efetividade da lei nº 9.879/2013, a empresa contratada deverá celebrar convenio com a Fundação Nova Chance – FUNAC, a qual deverá intermediar a contratação dos presos em regime fechado e semiaberto.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**4.1.** O início da prestação dos serviços objeto será imediata após a assinatura do contrato e recebimento da ordem de serviço emitida pela Gerência de Serviços Gerais – GSEG da SEFAZ;

**4.1.1.** Considera-se data de recebimento, a data do envio do email ou de entrega do documento à CONTRATADA, caso seja retirado o documento pessoalmente na Gerência de Serviços Gerais – GSEG;

**4.2.** Os serviços contratados serão executados em conformidade com o estabelecido abaixo:

**4.2.1. QUANTITATIVO DE PESSOAL, LOCAL E JORNADA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**



Função	Localidades	Quantidade de pessoas	Jornada de trabalho
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Henrique Peixoto Município de Alto Araguaia	10	12h/36h
Líder de equipe		01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Cachimbo Município de Guarantã do Norte	02	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Benedito Corbelino Município de Itiquira	12	12h/36h
Líder de equipe		01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Flávio Gomes Município de Cuiabá	08	12h/36h
Líder de Equipe		01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Frederico Campos Município de Vila Rica	01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Postos Ficais na Região do Município de Barra do Garças	06	12h/36h
Líder de equipe		01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Posto Fiscal Josafá Jacob Município de Comodoro	04	12h/36h
Movimentador de mercadorias	Terminal Rodoviário Município de Rondonópolis	02	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Aeroporto Município de Várzea Grande	01	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	GMA Município de Cuiabá	02	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	GPAD Município de Cuiabá	02	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	Correio Município de Várzea Grande	05	44 horas semanais
Movimentador de mercadorias	SEFAZ Município de Cuiabá	05	44 horas semanais

## 4.2.2. ENDEREÇO DAS LOCALIDADES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:



ITEM	POSTOS FISCAIS	ENDEREÇOS
1	POSTO FISCAL HENRIQUE PEIXOTO	Rodovia MT 100, Município de Alto Araguaia - MT, distante 410 Km da Capital.
2	POSTO FISCAL CACHIMBO	Rodovia BR 163, município de Guarantã do Norte MT, divisa com PA, distante de Cuiabá 732 km.
3	POSTO FISCAL CORRENTES	Rodovia BR 163 – município de Itiquira MT, divisa com MS, distante de Cuiabá 323 km;
4	FLÁVIO GOMES	Rodovia BR 364, saída para Rondonópolis, município de Santo Antonio de Leverger MT, distante de Cuiabá, 28 km;
5	POSTO FISCAL FREDERICO CAMPUS	Rodovia MT364/MT100, município de Vila Rica MT, divisa com PA, distante de Cuiabá, 1279 km;
6	POSTO FISCAL JOSAFÁ JACOB	Rodovia BR 364, município de Comodoro- MT, divisa com RO, distante de Cuiabá, 639 km;
7	REGIÃO BARRA DO GARÇAS	BR 156/BR 070, município de Barra do Garças, 503Km da capital.

ITEM	TRANSPORTADORAS	ENDEREÇOS
1	TRANSPORTADORA CORREIOS /VG	Av. Dom Orlando Chaves, S/N, Cristo Rei - Várzea Grande.
2	TRANSPORTADORA AEROPORTO	Av. João Ponce de Arruda, S/N, Centro, Várzea Grande.
3	TERMINAL RODOVIÁRIO	Av. Fernando Correa da Costa, S/N, Centro - Rondonópolis.

ITEM	SEDE CUIABÁ	ENDEREÇOS
1	COMPLEXOS FAZENDÁRIOS NA SEDE DA SEFAZ/MT	AV. Rubens de Mendonça, 3.415, Centro Político administrativo, Cuiabá - MT, Cep: 78.050-902
2	GARD/GMA - DISTRITO INDUSTRIAL	Rua A paralela a BR 364 esquina com a Rua X, Distrito Industrial, Cuiabá- MT





### **4.3. ALÍQUOTAS DE ISSQN DAS LOCALIDADES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.3.1.** De acordo, art. 3º, VII, da Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 o Imposto Sobre Serviços de De Natureza, do objeto contratado, será devido no local de prestação dos serviços. Assim, na elaboração da planilha o contratante deverá indicar o percentual do ISSQN de cada localidade de acordo com a lei municipal vigente no município onde será realizado o serviço.

**4.4.** A CONTRATADA executará os serviços de movimentação de mercadorias a serem prestados nos Postos de Fiscalização e nas unidades da SEFAZ;

**4.5.** A Contratada obrigatoriamente irá: selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

**4.6.** As atividades relacionadas com os serviços de movimentação de mercadorias serão prestadas todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados nas unidades da SEFAZ, mediante a execução das seguintes tarefas:

**4.6.1.** Realizar movimentação de materiais, sempre que solicitado (caixas, volumes, peça, equipamentos, máquinas, mercadorias em geral);

**4.6.2.** Realizar serviços correlatos como: montagem, embalagens, cargas, descargas, distribuição e busca de materiais;

**4.6.3.** Manter disciplina nos locais de trabalho, retirando no prazo máximo de 7 dias após notificação, qualquer empregado que apresente conduta inconveniente, salvos os casos considerados graves pela Administração nestes o prazo será de 24 horas;

**4.6.4.** Manter uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

**4.6.5.** Os crachás devem atender as especificações e configurações da contratante;

**4.6.6.** Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**4.7.** A Gerência de Serviços Gerais – GSEG designará um servidor para ficar encarregado de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo a assegurar que o mesmo ocorra de acordo com as cláusulas avençadas;

**4.8.** Para acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pela Contratada, será aplicado, trimestralmente, instrumento de medição: formulário de Avaliação de Desempenho dos Serviços dos postos de trabalho.



**4.9.** A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades financeiras, caso a contratada não atinja os níveis esperados de desempenho dos serviços prestados, conforme Cláusula Onze – Das Sanções;

**4.10.** A qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato, os indicadores e respectivos de níveis de serviços poderão ser revistos, acrescidos e/ou eliminados mediante acordo entre a SEFAZ/MT e a Contratada;

**4.11.** Os valores serão glosados das faturas do mês subsequente da constatação da infração.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**5.1.** Para segurança da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá apresentar garantia contratual, no prazo máximo de 05 dias após a assinatura do contrato, em conformidade com o § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n. 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do preço global contratado, atualizável nas mesmas condições deste, devendo optar por uma das seguintes modalidades:

**5.1.1.** Caução em dinheiro, sendo que o depósito deverá ser feito em nome da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, na Conta Corrente SEFAZ/CAUÇÃO n. 1.042.250-1 e Agência 3834-2, Banco do Brasil em favor da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA;

**5.1.2.** Caução em títulos da dívida pública, cuja posse será transferida a administração da Contratante;

**5.1.2.** Caução em títulos da dívida pública, cuja posse será transferida a administração da Contratante;

**5.1.2.1.** Não serão aceitos títulos que possuam valores históricos;

**5.1.2.2.** Os títulos da dívida pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e a validade desses títulos deverá ser comprovada junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

**5.1.3. Seguro-Garantia,** o qual consistirá em contrato firmado entre a Contratada e uma Instituição Seguradora, que assumirá os riscos de eventos relativos a inexecução do contrato ou qualquer prestação devida à Administração Pública, no qual constará como beneficiária a Contratante, cabendo ao Contratado o ônus com o prêmio do referido Seguro;

**5.1.3.1.** No caso de apresentação de Seguro-Garantia, o valor do “prêmio total” deverá estar integralmente adimplido com a Seguradora, e a Contratada deverá entregar à Contratante, juntamente com a Apólice do Seguro-Garantia, o devido recibo do pagamento do “prêmio total”, a fim de garantir a efetiva cobertura para a Administração quando for necessário;



**5.1.3.2.** O Seguro-Garantia para ser aceito deverá ser registrado e validado na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

**5.1.4. Fiança bancária**, tendo como beneficiária direta a Contratante;

**5.2.** O comprovante da garantia deverá ser apresentado em original, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura deste Instrumento, devendo ter sua validade, no mínimo, o prazo de vigência deste Contrato;

**5.3.** Havendo acréscimo ou supressão de serviços, a garantia poderá ser acrescida ou reduzida, guardada a proporção inicialmente estabelecida, e, no caso de prorrogação de vigência contratual, a garantia deverá ser renovada;

**5.4.** Após o cumprimento fiel e integral do contrato, inclusive com a resolução de eventuais pendências, a Contratante devolverá, depois da lavratura do termo de recebimento definitivo das obras ou serviços, a garantia mencionada nesta Cláusula;

**5.5.** A garantia prestada pela Contratada poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e ou cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização extracontratual cabível;

**5.6.** No caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e judiciais, a garantia ficará retida pela Contratante.

**5.7.** A garantia será prestada em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, pelo prazo equivalente ao deste contrato acrescido de mais 03 (três) meses;

**5.8.** A liberação da garantia ou sua restituição se dará após o recebimento definitivo do objeto do contrato e a comprovação de quitação de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos recursos humanos envolvidos na Prestação de Serviços, inclusive garantidas eventuais demandas judiciais decorrentes da presente contratação;

## **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Proporcionar todas as facilidades e condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das normas estabelecidas neste Contrato;

**6.2.** Comunicar por escrito e tempestivamente à CONTRATADA as alterações desejadas neste Contrato, bem como qualquer ocorrência eventual que seja necessária para o bom desempenho do objeto contratado;

**6.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por intermédio de um servidor da Gerência de Serviços Gerais - GSEG que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Contrato;



**6.4.** Solicitar Notas Fiscais ou Faturas quando não enviados pela CONTRATADA;

**6.5.** Efetuar o pagamento das Notas Fiscais e das Faturas referente ao objeto, nos termos e condições estabelecidas neste Contrato.

**6.6.** Sem prejuízo de outras obrigações do Contrato e Edital, caberá a SEFAZ/MT:

**6.6.1.** Efetuar o pagamento na forma convencionada no contrato com as Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas;

**6.6.2.** Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Contrato;

**6.6.3.** Comunicar à Contratada as faltas e interrupções de jornadas, para fins de substituições.

**6.6.4.** Proceder a vistoria nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio da fiscalização do contrato, anotando as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao preposto da empresa contratada e determinando sua imediata regularização;

**6.6.5.** Propiciar acesso aos profissionais às suas dependências para a execução dos serviços;

**6.6.6.** Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais;

**6.6.7.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art.67, da Lei n.º 8.666/1993, e na Instrução Normativa n. 01/2011/SEFAZ, de 21 março de 2011;

**6.6.8.** rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela SEFAZ/MT;

**6.6.9.** Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória à disciplina e aos interesses da SEFAZ/MT;

**6.6.10.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas Especificações Técnicas deste Contrato, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

**6.6.11.** Comunicar a empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;

**6.6.12.** Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas;





6.6.13. Verificar a regularidade da empresa contratada junto aos órgãos competentes, antes de cada pagamento;

6.6.14. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento de encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;

6.6.15. Acompanhar a utilização dos uniformes, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

6.6.16. Disponibilizar instalações sanitárias e armários.

6.6.17. Destinar local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

6.6.18. Solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.

6.6.19. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

### **7.1. DO PREÇO**

7.1.1. O VALOR MENSAL estimado para os SERVIÇOS CONTINUADOS de movimentação de mercadorias bem como de supervisores deste Contrato é de **R\$ 197.498,81 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos)** que corresponderá ao valor anual estimado de **R\$ 2.369.985,72 (dois milhões trezentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**.

7.1.2. O VALOR GLOBAL ESTIMADO do presente CONTRATO é de **R\$ 2.369.985,72 (dois milhões trezentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**.

7.1.3. No preço a serem pagos deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários, comerciais, deslocamento, insumos, materiais, equipamentos, além de outras, quando houver, englobando todas as despesas necessárias a prestação do objeto deste Contrato;

### **7.2. DA REPACTUAÇÃO**

7.2.1. A repactuação do preço a ser pago obedecerá ao interstício de 12 (doze) meses;

7.2.2. Nos termos do artigo 38 da IN 02/2008, SLTI/MPOG e das Leis Federais ns. 9.065/1995 e 10.192/2001, Instrução Normativa n. 03/2009/MPOG e no Acórdão n. 474/2005/TCU;





**7.2.2.1.** O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) da data limite para a apresentação das propostas constante do instrumento convocatório em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou;
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando da variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

**7.2.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**7.2.4.** A parcela que diz respeito à proporção de materiais e insumos envolvidos na Prestação de Serviços será reajustada mediante a aplicação do INPC/IBGE, quando for o caso;

**7.2.5.** As repactuações serão precedidas de solicitação das partes, acompanhadas de demonstração analítica da alteração dos custos para mais ou para menos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação;

**7.2.6.** É vedada a inclusão, por ocasião de repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou norma coletiva;

### **7.3. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**7.3.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome Secretaria de Estado de Fazenda, inscrito no CNPJ n 03.507.415/0005-78 e somente será paga mediante o atesto do fiscal de contrato e do responsável pela Gerência de Serviços Gerais - GSEG;

**7.3.2.** A SEFAZ não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*;

**7.3.3.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional;

**7.3.4.** Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados de acordo com o Decreto Estadual que dispõe sobre a programação financeira anual, Portaria que regulamenta a transmissão dos pagamentos para as instituições financeiras, bem como o Decreto n. 2191/2014 que instituiu o Comitê Setorial de Administração Fazendária - no âmbito da SEFAZ;

**7.3.5.** As datas dos pagamentos serão automaticamente prorrogadas para o primeiro dia útil seguinte, quando recaírem em feriado, ponto facultativo, dia sem expediente bancário ou dia sem expediente no Poder Executivo Estadual;

**7.3.6.** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, Recibo ou Fatura, bem como, qualquer outra circunstância que impeça o seu pagamento, fluirá a partir da respectiva regularização;



7.3.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/fatura;

7.3.8. Toda Nota Fiscal deverá ser entregue, juntamente com a apresentação da regularidade fiscal, conforme disposto no Decreto n. 8.199/2006, por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do respectivo prazo de validade expresso na própria certidão;

7.3.9. Os pagamentos das Notas Fiscais ficam condicionados a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

7.3.10.1. Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN, inclusive de contribuições previdenciárias, emitida pela Receita Federal;

7.3.10.2. CND – Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário ou sede da Contratada;

7.3.10.3. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, expedida pela Justiça de Trabalhista;

7.3.10.4. CRF - Certidão de Regularidade do FGTS;

7.3.10.5. Comprovante de quitação do ISSQN do local (município) onde estiver sendo prestado o serviço, conforme Lei nº 10.162 de 10/09/2014; ( mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida).

7.3.11. Além dos documentos descritos acima, para pagamentos dos serviços serão exigidos em conformidade com o Decreto Estadual n. 8.199/2006, os seguintes documentos:

7.3.11.1. Planilha Mensal, a ser fornecida por meio físico e eletrônico, com os seguintes campos (nome completo do ocupante do posto de trabalho, CPF, lotação, função, data admissão, dias efetivamente trabalhados, salário, ocorrências de falta/carga horária incompleta/férias/licenças, custo, nome do substituto; ( **mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida**)).

7.3.11.2. Relatório mensal emitido pelo Sistema Eletrônico de Controle de Frequência; ( **mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida**);

7.3.11.3. Cópia das folhas de ponto/assiduidade eletrônico ou manual e relatório das atividades efetivamente trabalhadas, sendo assinado pelo funcionário e pelo fiscal do contrato; ( **mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida**);

7.3.11.4. Comprovante de quitação de folha de pagamento, emitida pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do ocupante do posto de trabalho, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado; ( **mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida**);



**7.3.11.5.** Cópia dos comprovantes dos pagamentos dos salários mensais, vale-transportes e auxílio alimentação, quando for o caso, nos termos da Convenção Coletiva (**mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal** emitida);

**7.3.11.6.** Cópia autenticada de Recolhimento do FGTS – GRF com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet dos empregados diretamente utilizados na execução dos serviços (**mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal** emitida);

**7.3.11.7.** Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, dos empregados utilizados diretamente na execução dos serviços;

**7.3.11.8.** Cópia dos recolhimentos das contribuições INSS (**mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal** emitida) por meio de: cópia do protocolo do envio de arquivos, emitidos pela conectividade social (GFIP), cópia do comprovante de declaração à Previdência, cópia da guia de previdência social (GPS) com a autenticação ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

**7.3.11.9.** Comprovante de regularidade junto ao Ministério do Trabalho-Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação do recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, comprovante de ter entregue ao Ministério do Trabalho a RAIS, anualmente, declaração de optante do Simples (declaração IN SRF N. 480/2004) caso seja optante deste regime de tributação;

**7.3.11.10.** Comprovante de quitação do ISSQN do local (município) onde estiver sendo prestado o serviço, conforme Lei nº 10.162 de 10/09/2014; (mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida);

**7.3.11.11.** Demais documentos necessários para que o pagamento seja efetuado:

- folha de pagamento analítica, específica do contrato, relativa ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os funcionários, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante (**mês de competência dos serviços objeto da Nota Fiscal** emitida);
- cópia do aviso de férias; comprovante de pagamento de férias aos funcionários, relativo ao mês da prestação dos serviços da Nota Fiscal;
- comprovante de pagamento do 13º salário;
- comprovante de entrega de uniformes;
- comprovante de pagamento integral de verbas rescisórias dos empregados demitidos no mês;
- cópia do atestado de saúde admissional e demissional;



➤ cópia de todos os contratos de trabalho dos empregados envolvidos no Contrato e/ou Cópia de todas as carteiras de trabalho, dos empregados envolvidos no Contrato, quando houver: contratação, promoção, reajuste de salário e demissão, devidamente atualizada.

7.4. A CONTRATADA indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser efetuado o pagamento via ordem bancária;

7.5. A CONTRATANTE efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil S.A., para o banco discriminado na Nota Fiscal;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

7.7. O pagamento efetuado à CONTRATADA não isentará suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto deste contrato, especialmente aquelas relacionadas com a regularidade, qualidade e garantia dos serviços prestados;

7.8. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS.

7.9. A Contratante descontará da fatura mensal da Contratada valores decorrentes de indenização por rejeição de serviços, multas e quaisquer prejuízos causados pela execução deste Contrato;

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

8.1.1. Unidade Orçamentária: 16.101-SEFAZ

8.1.2. Projeto Atividade: 2007

8.1.3. Elemento Despesa: 3390.3703

8.1.4. Fonte: 240

#### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

9.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, com início no dia **15/10/2015** e término previsto para **15/10/2016**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos através de aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o inciso II do artigo 57, da Lei n. 8.666/93.





## **CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO**

**10.1.** A rescisão do contrato poderá ser unilateral pela Administração, amigável por acordo entre as partes, ou judicial, nos termos da legislação;

**10.2.** A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a CONTRATADA descumprir total ou parcialmente o que foi acordado, com o advento das consequências contratuais e as previstas em lei;

**10.2.1.** A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato, sem quaisquer ônus, mediante Notificação Prévia e por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, nos casos previstos nos incisos XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/93;

**10.3.** Constituem motivos para a rescisão unilateral do Contrato pela CONTRATANTE:

**10.3.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais com relação às especificações, normas técnicas, prazos estipulados, ou quaisquer outras obrigações contratuais;

**10.3.2.** O atraso em iniciar a entrega dos produtos/mercadorias por mais de 05 (cinco) dias, injustificadamente e sem prévia comunicação a CONTRATANTE;

**10.3.3.** A cessão ou transferência do serviço contratado, total ou parcialmente, não admitida no Contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE;

**10.3.4.** A reincidência nas penalidades de multa de advertência previstas nas Cláusulas do presente Contrato;

**10.3.5.** A decretação de insolvência ou recuperação judicial decretada;

**10.3.6.** O desatendimento das determinações regulares da fiscalização pela CONTRATANTE;

**10.3.7.** Não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais;

**10.3.8.** Outros casos previstos na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**10.4.** Ocorrendo a rescisão contratual, a CONTRATADA receberá somente os pagamentos devidos pela execução com a entrega do objeto, até a data da referida rescisão, descontadas as multas eventualmente aplicadas;

**10.5.** Em qualquer das hipóteses suscitadas, a CONTRATANTE não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

## **CLÁUSULA ONZE - DAS SANÇÕES**

### **11.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





**11.1.1.** O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato sujeitará a CONTRATADA, pelo atraso, inexecução total ou parcial do Contrato, garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, às seguintes sanções:

**11.1.1.1.** Advertência;

**11.1.1.2.** Multa;

**11.1.1.3.** Rescisão Unilateral;

**11.1.1.4.** Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

**11.1.1.5.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) fizer declaração falsa;
- f) cometer fraude fiscal.

**11.1.2.** Quando o objeto estiver em desacordo com as especificações, os cronogramas e as normas técnicas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades estabelecidas neste contrato, sem prejuízo das multas cabíveis;

## **11.2. DA DISPENSA DAS SANÇÕES E DO RECURSO**

**11.2.1.** Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos:

**11.2.2.** Ordem escrita da CONTRATANTE, para paralisar ou restringir a execução do objeto contratado;

**11.2.3.** Ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil;

**11.2.4.** Entende-se por motivos de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;



**11.2.5.** A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os respectivos documentos comprovando o fato, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

**11.2.6.** A CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos visando comprovar o motivo de força maior, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa;

**11.2.7.** No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, do ato que aplicar penalidade caberá recurso, podendo a autoridade reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

### **11.3. DAS MULTAS**

**11.3.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no item 11.1.1, sendo que dentre elas está a multa que poderá ser aplicada do seguinte modo:

a) multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos.

b) multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, do trigésimo primeiro dia ao quadragésimo quinto dia de atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**11.3.1.1.** Após o quadragésimo quinto dia de atraso e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**11.3.1.4.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SEFAZ/MT, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**11.3.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;



**11.3.1.6.** As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

**11.3.1.8.** A CONTRATADA deverá locar todos os postos e iniciar a execução dos serviços, imediatamente após a assinatura do contrato e recebimento da ordem de Serviços. O atraso sem justificativa aceita pelo fiscal do contrato ou injustificado gera multa de mora.

**11.3.1.9.** O atraso injustificado ou justificativa não aceita pelo fiscal do contrato na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, conforme tabela abaixo:

Valor	Especificação
0,30%	por dia sobre o valor total do contrato até trigésimo dia de atraso
0,40%	por dia sobre o valor total do contrato do trigésimo primeiro dia até quadragésimo quinto dia de atraso

**11.3.1.10.** O término do prazo especificado na tabela anterior gera rescisão contratual, e impedimento de licitar e contratar com o Estado, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

**11.3.1.11.** No cálculo de apuração do valor referente à penalidade de multa, deverão ser incluídos os dias de início, primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e de efetivo adimplemento contratual;

**11.3.1.12.** Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata este Ato, e de cobrança, a mora que possa ensejar multa inferior a 0,02% do valor previsto no inciso II, alínea "a" do artigo 23 da Lei nº 8.666/93;

**11.3.1.13.** A dispensa prevista no parágrafo anterior será formalizada nos autos do processo, inclusive com a informação do cálculo da multa;

**11.3.2.** A aplicação de multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93;

**11.3.3.** O valor das multas aplicadas será descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir com a Secretaria de Estado de Fazenda;

**11.3.4.** Inexistindo créditos a descontar, no prazo de 05 (dias) dias, contados da intimação por parte da Secretaria de Estado de Fazenda, deverá ser efetuado o depósito do valor das multas aplicadas no Banco do Brasil, Agência 3834-2, Conta Corrente 1.042.250-1 Sefaz Caução;

**11.3.5.** Caso a CONTRATADA não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso.



## **CLÁUSULA DOZE – DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**12.1.** Quanto aos recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no artigo 109 da Lei Federal n. 8.666/93.

## **CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**13.1.** O servidor encarregado de fiscalizar a execução dos serviços contratados, será designado por meio da Portaria, em atendimento ao disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

**13.2.** O servidor encarregado de fiscalizar a execução dos serviços contratados, nos termos do artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

**13.3.** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência, deverá o referido servidor solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias;

**13.4.** Além das demais atribuições, deverá o Fiscal do Contrato:

**13.4.1.** Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa, seja ela por inadimplemento de alguma cláusula ou condição contratual, ou solicitação de fornecimento/prestação de serviço que foi executado com imperfeição ou de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado;

**13.4.2.** Formalizar o devido dossiê das providências adotadas para materialização dos fatos que poderá resultar na aplicação da sanção cabível e, a reincidência levará à rescisão contratual. Esse dossiê terá efeitos também para expedir atestado de capacidade técnica;

**13.4.3.** Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando serviço divergente daquele que se encontra especificado em Edital de Licitação e no presente Contrato, assim como, observar para o correto recebimento, a hipótese de outros serviços oferecidos em proposta no certame licitatório e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

**13.4.4.** Comunicar por escrito à área de administração de contratos ou ao titular da entidade, o desatendimento por parte da CONTRATADA, quanto às solicitações efetuadas pela fiscalização, desde que em conformidade com as condições contratuais e com a devida prova materializada do fato, para que sejam adotadas as providências quanto à aplicação das sanções correspondentes, na devida extensão da falta cometida;

**13.5.** A fiscalização de prestação dos serviços será exercida pelo Fiscal de Contrato, para o seu acompanhamento e a sua fiscalização, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da





prestação dos mesmos e de tudo dará ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato, tais como:

**13.6.1.** verificar, junto à Contratada e seu preposto, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;

**13.6.2.** emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;

**13.6.3.** acompanhar a entrega, o recebimento e a distribuição dos materiais de limpeza e conservação para as copas, recusando os que não apresentarem boa qualidade ou rendimento;

**13.6.4.** acompanhar a entrega dos uniformes, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

**13.6.5.** solicitar as substituições (coberturas) quando julgar necessárias;

**13.6.6.** verificar a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, devendo a execução completa do contrato ser considerada concluída somente após o pagamento de tais obrigações;

**13.7.** Os serviços, objeto deste Termo de Contrato, estarão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelos mesmos, obrigando-se a empresa contratada a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

**13.8.** Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias.

#### **CLÁUSULA CATORZE- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

**14.2.** Os prazos referidos neste Contrato somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal na Secretaria de Estado de Fazenda;

**14.3.** Promovendo a Administração Pública medidas que alterem as condições aqui estabelecidas, os direitos e obrigações oriundas deste Contrato serão alteradas em atendimento às disposições legais aplicáveis mediante termo de re-ratificação, exceto quando for necessária a celebração de termo aditivo, consoante o disposto no artigo 65, § 6º, da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;



**14.4.** Mediante Termo Aditivo aprovado pela CONTRATANTE, poderão ser efetuados acréscimos ou reduções que se fizerem nos serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato devidamente atualizado;

**14.5.** As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

**14.6.** Havendo acréscimos ou reduções dos quantitativos, o ajustamento será conforme os valores unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados, nos limites fixados em lei;

**14.7.** A CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

**14.8.** As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificação de quantitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser autorizadas pelo Secretário de Estado de Fazenda;

**14.9.** O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações;

**14.10.** A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante exposição dos motivos e devidamente fundamentado;

**14.11.** A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

**14.12.** A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa;

**14.13.** Aplicam-se ao presente Contrato as normas previstas na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, e supletivamente, nos casos omissos, as demais normas e princípios do direito civil, penal, público e os princípios da Teoria Geral dos Contratos;

**14.14.** Além da legislação vigente, o presente Contrato abrange todas as regras dispostas no Termo de Referência e no Edital do Processo Licitatório concernentes ao objeto deste Contrato.

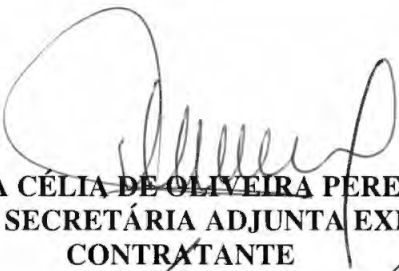


### **CLÁUSULA QUINZE - DO FORO**

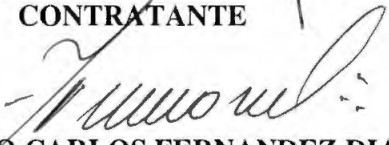
**15.1.** Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 28/09/2015



**MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
**SECRETÁRIA ADJUNTA EXECUTIVA**  
**CONTRATANTE**



**FERNANDO CARLOS FERNANDEZ DIAS**  
**SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**  
**CONTRATANTE**



**LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**  
**WILLIAN LOPES DE AGUIAR**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**